



Ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJDF

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Licitação nº 081/2013 - Processo nº 901/2013 - Concorrência
GEPRO/DENGEP

Questionamento

Prezados Senhores(as),

A empresa **GCE SA**, interessada em participar da Licitação nº 081/2013 - Processo nº 901/2013 - Concorrência GEPRO/DENGEP, que será realizada em Belo Horizonte no dia 12 de agosto de 2013.

Para tanto, vem solicitar esclarecimentos quanto às exigências dos índices contábeis constantes no item 05 do edital in verbis:

" 5. O licitante deverá atender aos seguintes índices:

LG = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$ = MÍNIMO DE 2,0

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$ = MÍNIMO DE 2,5

LC = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$ = MÍNIMO DE 2,0

"

5.1. Os índices acima deverão ser demonstrados em memorial de cálculos assinado pelo licitante e pelo contador (constando o seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC), juntando-o ao balanço Patrimonial;

O mínimo de 2,0 exigido no edital para o "LG", não trata-se, de um índice usualmente adotado para correta avaliação de situação financeira dos licitantes.

Reza a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Seção II Da Habilitação, Art. 31, que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.



§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Insta registrar como exemplo, embora de órgão distintos, a Licitação para construção do Fórum de Patos de Minas, (de valor superior a presente licitação) :

CAMARA DOS DEPUTADOS – cujo objeto é a Construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados (CEAM/SIA), no Trecho 5, Lotes de 10 a 60 do Setor de Abastecimento e Indústria (SIA), em Brasília – DF, orçamento estimado R\$ 52.751.976,03.

3.3.3. Da Qualificação Econômico-financeira Para exame da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a.1) Além dos dados constantes do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

a.2) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e por um diretor da pessoa jurídica;

a.3) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

Outro exemplo, refere-se a SERPRO/SP - tendo como objeto a contratação de empresa especializada de engenharia para execução das obras civis e instalações prediais do novo Centro de Dados da Regional São Paulo do SERPRO, orçamento estimado R\$ 71.811.382,82.

b.3.2) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pela variação do IGP-DI-FGV, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Essa



substituição é permitida no caso de Proponentes que não tenham encerrado o seu primeiro exercício social.

b.3.2.1) As licitantes deverão comprovar sua capacidade financeira por meio de índice de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral igual ou maior que 1, considerando necessário e suficiente para segurar a execução dos serviços no porte da licitação.

Ante ao exposto, considerando que um dos maiores pilares da licitação pública é a maior competitividade entre os licitantes, visando melhor preço para o poder público, solicitamos que seja reavaliado o índice exigido quanto a liquidez Geral (LG) constante no edital, adotando o valor usualmente utilizado em licitações públicas conforme acima claramente demonstrado.

Certos de contarmos com a atenção de V.Sas., antecipamos nossos agradecimentos

Brasília/DF, 06 de agosto de 2013

Atenciosamente,


Paulo Maia Koshida
Diretor Técnico



RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS

ESCLARECIMENTO

LICITAÇÃO Nº 081/2013 - CONCORRENCIA

PROCESSO Nº 901/2013

OBJETO: Construção do novo fórum da Comarca de Patos de Minas

ESCLARECIMENTO SOLICITADO POR: GCE

Prezados (as) Senhores (as),

A Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais vem apresentar a resposta ao esclarecimento solicitado por V. Sas., com relação às exigências de qualificação econômico-financeira para a habilitação ao certame acima identificado.

A administração pública tem procurado, por intermédio dessas ferramentas, avaliar as condições de fazer das empresas, em face do cumprimento das obrigações que vier a assumir e assegurar-lhe sucesso na contratação.

As exigências editalícias devem caracterizar-se, em essência, como um processo competitivo direcionado a dois objetivos a ser perseguidos em qualquer procedimento de licitação: selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e assegurar aos possíveis interessados tratamento isonômico

Cumpre-nos registrar que, para elaboração do edital, a área técnica demandante do objeto da licitação nos encaminha as notas técnicas com as devidas justificativas para as exigências de capacitação técnica, econômico-financeira, dentre as outras fixadas de forma compatível com a dimensão e características físicas do objeto a ser licitado, conforme admitidas na Lei 8.666/93, na doutrina e na jurisprudência atuais.

Segundo a GEPRO, área demandante do objeto da licitação, cabe a Administração fixar as exigências de qualificação econômico-financeiras, no que se refere aos índices contábeis, sem frustrar a competitividade do certame, observando os valores usualmente adotados no mercado para a correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das

obrigações decorrentes do contrato. Para tanto, a Administração parte do real dimensionamento do escopo e latitude de tais obrigações contratuais, fixando, assim, índices efetivamente compatíveis com o objeto contratual perseguido.

A GEPRO destaca ainda que os indicadores financeiros utilizados são aqueles usualmente adotados no mercado, expressando uma liquidez classificada entre regular e boa, capaz de viabilizar o atendimento das metas programadas e a conclusão das obras no prazo fixado.

Sendo assim, o valor do Índice de Liquidez Geral (ILG) exigido no edital em questão, justifica-se por tratar-se de uma medida de segurança financeira a longo prazo, motivo pelo qual o TJMG fixou-o em, no mínimo 2,0 (dois vírgula zero), valor este inferior àqueles apurados com base nos balanços de 2011 da Revista Exame - Maiores e Melhores, cuja média é de 2,13 e com base nas empresas licitantes participantes de processos licitatórios em 2012, cujo valor médio comprovado foi de 4,67 (quatro vírgula sessenta e sete).

Nesta oportunidade, ressaltamos que todas as notas técnicas justificativas das exigências consignadas no instrumento convocatório, encontram-se devidamente anexada aos autos, que estão disponíveis, para consulta dos interessados, na DIRSEP, localizada na Rua Timbiras, 1808 - Centro - BH - MG, no horário de 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira,

Belo Horizonte, 07 de agosto de 2013.

Atenciosamente,


Valéria Tavares

Comissão Permanente de Licitação
Tribunal de Justiça de Minas Gerais